



**PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE
LINHARES – PAREDES DE COURA**

**RESUMO NÃO TÉCNICO DO
RELATÓRIO AMBIENTAL**

Avaliação Ambiental Estratégica

Câmara Municipal de Paredes de Coura
Fevereiro 2025



Fevereiro de 2025
Câmara Municipal de Paredes de Coura

Avaliação Ambiental Estratégica
Resumo não técnico do Relatório Ambiental
Plano de Pormenor da
Zona de Acolhimento Empresarial de Linhares
Paredes de Coura

Equipa técnica:
LEIRAS DO CARVALHAL, Lda.
Isabel Maria Matias - Arquiteta
Pascal de Moura Pereira - Geógrafo



O que é o Resumo Não Técnico?

Este documento, que acompanha o Relatório Ambiental (RA), constitui-se como uma forma simples e resumida de informar a população de forma generalizada sobre os resultados da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor da Zona de Acolhimento Empresarial de Linhares, contida nesse RA. Para obter informações mais aprofundadas e detalhadas sobre os temas abordados neste Resumo Não Técnico (RNT), recomenda-se a consulta do RA referido.

O que é a Avaliação Ambiental Estratégica?

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) é um procedimento que visa apoiar a tomada de decisão, no sentido do Plano em análise promover um desenvolvimento sustentável, acontecendo em simultâneo com a realização desse mesmo Plano. O objectivo da AAE é melhorar a decisão, influenciando a integração das questões ambientais e de sustentabilidade no processo de planeamento, avaliando quer os impactos no ambiente quer no processo de sustentabilidade territorial, em visões, intenções e propostas estratégicas, com o objectivo final de melhorar a decisão. Favorece a integração de medidas mitigadoras nos impactos negativos, potenciando aqueles que apresentam impactos positivos, incorporando a participação e envolvimento de vários agentes neste processo.

O que é o Relatório Ambiental? E o que é a Declaração Ambiental?

O RA tem como objetivos principais descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos (positivos e negativos) no ambiente, resultantes da aplicação do Plano, considerando os objetivos e o âmbito territorial do mesmo, reflectindo também os resultados da consulta pública efectuada no decorrer do processo de avaliação.

Após a aprovação do Plano é emitida uma Declaração Ambiental que se destina a informar o público e as autoridades consultadas sobre a decisão, em particular sobre a forma como as considerações ambientais foram ponderadas durante a elaboração do Plano, e apresentar o programa e as medidas de controlo, sendo este entregue à Agência Portuguesa do Ambiente.

Qual é o objecto de avaliação da AAE? O que se avaliou?

O âmbito territorial do PP em análise corresponde a uma área localizada na União de freguesias de Cossourado e Linhares, a noroeste da vila de Paredes de Coura, numa área destinada, no PDM em vigor, ao desenvolvimento de atividades económicas, colmatando as necessidades verificadas na dinâmica económica do concelho de Paredes de Coura, totalizando cerca de 30 hectares. O objecto da avaliação ambiental estratégica é o Plano de Pormenor da Zona de Acolhimento Empresarial de Linhares. O Plano Director Municipal de Paredes de Coura, define um conjunto de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), referindo-se uma delas precisamente a esta área de intervenção, nomeadamente a UOPG 5 – Espaços de Atividades Económicas de Linhares, a ser programada e executada por intermédio de um Plano de Pormenor com efeitos registais, de forma a suprir a falta de lotes que se verifica nas zonas industriais existentes. Foi assim avaliada a capacidade do Plano em dar resposta a algumas das questões estratégicas que se afiguram para este município nomeadamente:

1. Promoção de um desenvolvimento integrado e articulado da localização das atividades económicas e infraestruturas em complementaridade com o espaço de atividades económicas de Formariz;
2. Potenciar um correto desenvolvimento urbano, através da programação especializada do espaço de atividades económicas, preservando os recursos hídricos, paisagísticos e culturais.
3. Promoção do emprego local e consequentemente uma inversão das perdas populacionais registadas;

Quais foram os Factores Críticos para a Decisão (FCD) do Plano?

A prévia análise efetuada às Questões Estratégicas do PP da Zona de Acolhimento Empresarial de Linhares – Paredes de Coura, revelam uma grande coerência com os diversos objetivos e estratégias definidas, aos Fatores Ambientais e de Sustentabilidade bem como ao respetivo Quadro de Referência Estratégico, permitiram chegar a três Fatores Críticos que irão suportar a avaliação ambiental. São eles:

Riscos Ambientais;

A necessidade de criação de uma nova área destinada ao acolhimento de atividades económicas em Paredes de Coura acarreta algumas consequências ao nível ambiental. Algumas atividades, nomeadamente as industriais, podem apresentar um nível de risco quer em termos de segurança e higiene para os trabalhadores, quer em termos de riscos naturais (mas também económico e social), que varia consoante as dimensões e a atividade que aí se desenvolve, sendo estas áreas de atividades económicas reconhecidas como potenciais focos de acidentes.

Qualidade do Espaço Urbano;

A qualidade do espaço urbano afigura-se como uma das orientações essenciais ao desenho urbano, exigindo um planeamento sustentável, recorrendo a uma infraestruturação adequada às funções das atividades económicas, qualidade do edificado e dos espaços exteriores, promovendo um equilíbrio ambiental do espaço entre o território envolvente, no geral e da área de intervenção em particular.

Desenvolvimento socioeconómico.

Um dos objetivos inerentes à elaboração deste PP é a promoção do desenvolvimento socioeconómico do concelho, com enfoque na criação de condições de atratividade para a fixação de empresas, na criação de emprego como elemento fundamental de criação de riqueza, com consequências ao nível da fixação da população local e melhoria das condições de vida dos residentes.

Que opções estratégicas foram avaliadas?

A proposta do Plano consiste em concretizar uma área de atividades económicas programada no PDM de Paredes de Coura, devidamente infra-estruturada e destinada a atividades económicas, definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação da área de intervenção, através do desenho urbano da estrutura de organização dos lotes e infraestruturas referentes, com o respetivo regulamento de ocupação/construção, assim como a elaboração dos projetos de execução dos vários projetos de especialidades envolvidas, tais como, o projeto de abastecimento de água, a rede de saneamento, a rede de águas pluviais, a rede de telecomunicações, a rede de energia elétrica, a rede de iluminação pública, bem como a rede geral de gás.

Assim, pretendeu-se com a elaboração deste PP criar um instrumento para o ordenamento integrado e sustentável da área de intervenção, inserida num todo, e

que tenha capacidade de dar resposta a algumas das questões estratégicas que se afiguram para este município.

Para a avaliação recorreu-se à realização de cenarizações, ou seja, o RA tomou em consideração a alternativa Zero – manutenção da situação atual (ocupação actual), e a alternativa resultante da implementação do PP proposto.

Quais as principais políticas orientadoras, e os principais planos e programas relevantes?

Um dos elementos essenciais na avaliação ambiental do PP, é a coerência externa dos objectivos estratégicos deste com as diferentes políticas, planos, estratégias e outros documentos de referência de escala idêntica ou superior, em vigor á data de definição de âmbito.

Neste contexto foram considerados os seguintes documentos de referência:

- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2016-2030 - ODS;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT;
- Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de OT e Urbanismo – LBGPSOTU;
- Programa Portugal 2030 - PT2030;
- Programa Nacional de Investimentos 2030 – PNI2030;
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade - ENCNB
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos – PERSU 2030;
- Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos - PERNU 2030;
- Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais – PENSAARP 2030;
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA;
- Plano Nacional para o Radão – PNRn;
- Plano de Ação para a Economia Circular – PAEC;
- Roteiro para a Neutralidade Carbónica - RNC2050;
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios - PNDFCI
- Plano Gestão Região Hidrográfica do Minho-Lima- PGBH-ML;
- Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho - PROFEDM
- Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alto Minho - PIACC VMinho;
- Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável Alto Minho – PAMUS AM
- Estratégia Regional para a Paisagem do Alto Minho - ERPAM;

- Plano de Paisagem das Terras de Coura – PPTC;
- Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura – PDM-PC.

Quais as principais tendências que podem ser relevantes para a avaliação das opções estratégicas?

O processo de AAE contempla, como um dos elementos da metodologia, a realização de cenarizações, ou seja, a alternativa Zero – manutenção da situação atual (ocupação actual), e a alternativa resultante da implementação do PP proposto, leitura feita a partir de um conjunto de Objectivos de Sustentabilidade com os seus respectivos indicadores, seleccionados previamente.

Assim as principais tendências para cada FCD, tendo em conta o momento actual e com a não concretização deste PP da ZAE de Linhares, são as que seguem:

FCD - RISCOS AMBIENTAIS

Com a manutenção da situação atual, ou seja a não concretização do PP da UOPG5, a ocupação do solo irá manter-se nos moldes atuais até à possível execução de um outro plano territorial que concretize e que se enquadre na programação prevista no PDM em vigor ou no PDM em Revisão até 2024, pelo que manter-se-á a captação do consumo de água no concelho, o volume de águas residuais drenadas e tratadas, e nos consumos energéticos, pelo menos no que diz respeito ao contributo da área de intervenção. Uma eventual mobilização do solo para reflorestação da área em questão poderá degradar os eventuais elementos patrimoniais existentes nas proximidades da área em causa, não cartografados no PDM em vigor.

Relativamente aos resíduos sólidos a tendência será para se manter a situação atual, pelo menos no que se refere à inexistência que este espaço em análise tem na produção de resíduos sólidos urbanos no total do concelho, mantendo-se por outro lado, com a dispersão das atividades económicas pelo concelho, maiores encargos com a recolha e transporte de resíduos industriais equiparados a urbanos, aumentando assim os custos da sua gestão.

A programação deste PP, em solo rústico, e que corresponde à 1ª fase da concretização da UOPG5, determina a necessidade de proceder a uma exclusão da REN, estando, por esse motivo, em curso o procedimento em curso de alteração da

REN em vigor. O sistema em causa corresponde ao risco de erosão presente na área de intervenção, sendo necessário realizar a exclusão desta área da REN, uma vez que a sua exclusão permite continuar a salvaguardar a sua integridade e coerência. O processo de exclusão já iniciado, prevê assim excluir da REN de Paredes de Coura uma área total de 2,3 hectares, correspondente ao sistema “Áreas com Risco de Erosão”, tendo sido iniciado esse procedimento em novembro de 2023 e decorrendo em simultâneo com a elaboração do plano territorial para a referida UOPG.

A manutenção da situação atual, não acarreta mudanças quer ao nível da frequência do tráfego rodoviário, quer nos riscos tecnológicos para este espaço, podendo agravar sim o risco de incêndio rural numa situação de manutenção do terreno expectante.

A tendência verificada, no que diz respeito à evolução de um dos gases com efeito de estufa, demonstra um aumento, também no setor industrial, situação que poderá manter-se ainda que não se concretize este projeto.

Neste contexto a situação tendencial de ruído exterior tenderá a manter-se nos níveis atuais.

FCD - QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO

Com a manutenção da situação atual, ou seja a não concretização deste PP, continuará este espaço com a mesma configuração, e manter-se-ão dispersas pelo município vários edifícios que albergam atividades económicas, desenquadradas do meio onde se implantam, com impactes a vários níveis.

Um desses impactes poderá ser a dispersão de pontos de recolha de resíduos sólidos associados às atividades económicas, influenciando os custos de gestão dos resíduos para as entidades gestoras, em alta e em baixa, e uma maior resistência à separação e deposição de resíduos recicláveis, pela distância aos espaços de deposição desses resíduos.

FCD - DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

Com a manutenção da situação atual, ou seja a não concretização deste PP, continuará a manter-se a dificuldade de resposta à procura deste tipo de espaço por parte de novos investidores, impedindo o reforço da capacidade de crescimento

empresarial do concelho, ainda que este já apresente por exemplo uma dinâmica de exportação considerável, uma vez que a dinâmica industrial implementada no últimos anos, permitiu um alavancar do número de empregos disponíveis, e um volume de negócios considerável no contexto regional, por parte das empresas locais mas de dimensão internacional, permitindo a Paredes de Coura afirmar-se como o município da Região Norte, que mais cresceu nas exportações entre 2011 e 2019, crescimento interrompido pela situação pandémica de Covid-19.

O concelho insere-se num contexto territorial onde não abundam grupos económicos ou outros modelos empresariais complexos e competitivos, capazes de alavancarem as restantes indústrias locais numa lógica de competitividade e de desenvolvimento local.

Isto revela uma tendência de dificuldade na atração de investimentos baseados em conhecimento intensivo ou de base tecnológica, situação que tem sido invertida no concelho com ações como por exemplo a criação com a Zendal e com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional de um novo curso de biotecnologia que já está a funcionar no polo de Coura da EPRAMI, de forma a dar resposta a potenciais necessidades existentes, mas que a não concretização deste PP poderá impedir a fixação destes jovens qualificados no concelho.

A manutenção da situação atual, tenderá a manter uma dependência da mão de obra local nas empresas que operam em setores que apresentam uma remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem inferior à NUTIII de referência, ainda que as discrepâncias venham a ser anuladas em anos mais recentes no que diz respeito a este indicador.

Em termos populacionais, a tendência deste concelho é para uma continuada perda de população, com as mortes a superarem os nascimentos, mas com uma consolidação do número de residentes imigrantes, alguns deles com ligações ao concelho de Paredes de Coura, outros com origem noutros concelhos ou do estrangeiro, superando os números dos que escolhem emigrar. Ainda que a recuperação do saldo migratório nos últimos anos (pelo menos desde 2015 até 2022) não tenha chegado para compensar o valor negativo do saldo natural, tem permitido atenuar o decréscimo populacional do concelho.

Em termos tendenciais, e com a manutenção da situação atual, os movimentos pendulares deverão manter-se nos valores e direções atuais, com trocas de trabalhadores entre concelhos vizinhos, ainda que com balanço negativo para o concelho de Paredes de Coura.

O poder de compra *per capita* do concelho, que ajuda a medir o bem-estar material dos Courenses, apesar de se manter distante do valor médio do país e da região onde se insere, tem manifestado consistente recuperação nos últimos anos apurados, revelando uma tendência positiva.

Quais as principais oportunidades e riscos a um desenvolvimento sustentável?

A aplicação do PP Proposto para a UOPG5 acarreta um conjunto de oportunidades e riscos para um desejável desenvolvimento sustentável, tendo em conta cada um dos FCD definidos, e que são:

FCD - RISCOS AMBIENTAIS

A ocupação dos lotes prevista em PP levará a um aumento do consumo de água, apontando alguma bibliografia, um consumo de 50 litros/dia por operário e um consumo de 10 litros/dia por m² de área coberta para as áreas industriais, podendo colocar constrangimentos no abastecimento urbano na área de influência da rede que serve o local, com uma necessária intervenção também ao nível das perdas que a rede de abastecimento enfrenta, isto numa situação tendencial de escassez dos recursos hídricos.

O aumento do caudal dos efluentes industriais, que poderá em conjunto com o aumento espetável de caudal de efluentes domésticos, saturar a médio/longo prazo a ETAR que serve esta parte do concelho, deve ser acautelada bem como a melhoria das infraestruturas de saneamento, por forma a dar resposta a este aumento espetável.

Um dos riscos inerentes a estes espaços prende-se com os já referidos efluentes industriais, que acarretam um risco acrescido para o ambiente e saúde humana, situação prevista em regulamento do PP, que impõe um pré tratamento dessas águas residuais no interior do lote ou em alternativa o seu armazenamento e transporte posterior para unidade de tratamento adequado, fazendo depender

também o licenciamento industrial desse mesmo pré-tratamento dos efluentes incompatíveis com as águas residuais domésticas.

O regulamento do plano propõe também a reutilização das águas empregadas no âmbito do desenvolvimento da atividade industrial, pelo que constitui uma oportunidade de redução dos consumos e na emissão de águas residuais.

Com progressiva ocupação desta área empresarial prevê-se, ao nível dos resíduos, um aumento da produção de resíduos de dois grandes grupos, os resíduos equiparados a domésticos resultantes de instalações sociais (sanitários, copas, escritórios, etc) e resíduos industriais resultantes do processo produtivo, alguns dos quais poderão ter características perigosas, dependendo das tipologias das atividades a instalar, constituindo por outro lado uma oportunidade para aumentar os índices de aproveitamento de, por exemplo, biorresíduos, com a implementação da sua recolha neste espaço, sendo esta uma das formas mais eficazes de melhorar os níveis de circularidade dos resíduos, beneficiando inclusivamente a taxa de circularidade que mede a percentagem de recursos materiais provenientes de resíduos reciclados, sendo de 11,5% na União Europeia e de apenas 2,6% em Portugal (PORDATA, dados 2022). O Regime Geral de Gestão de Resíduos define a separação na origem de biorresíduos provenientes de atividades da restauração e industrial, até 31 de dezembro de 2022, no caso de entidades que produzam mais de 25 t/ano de biorresíduos e a até 31 de dezembro de 2023, nos restantes casos, passando a ser obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2024, a recolha seletiva de biorresíduos ou a sua separação e reciclagem na origem.

As funções previstas nos lotes destinados a atividades económicas contemplam, indústria transformadora, comércio por grosso e a retalho e também serviços, mas também infraestruturas, pelo que se preveem aumentos substanciais no consumo energético à medida que os lotes desejavelmente foram sendo ocupados por estas atividades.

A obrigação da criação e gestão do combustível numa área aproximada de 40 hectares na envolvente dos lotes, situação que decorre de um imperativo legal, afetará o coberto vegetal de uma área considerável, com potenciais impactes também no escoamento hídrico, na erosão do solo e outros impactes ambientais, e ainda ao nível de património potencialmente existente nas imediações. Importa aqui referir que a aplicação da AAE a este PP permitiu desde logo, ao cruzar os

limites do PP com diferentes condicionantes e ocupação do solo, identificar uma potencial afetação de elementos patrimoniais no perímetro do projeto, permitindo influenciar positivamente a equipa técnica do projeto, bem como os decisores municipais de forma reformular o projeto no que diz respeito aos seus limites, contribuindo para o desenho de implantação dos lotes atual, salvaguardando os bens identificados.

Ao nível dos riscos tecnológicos esta área, que poderá receber algum tipo de atividade suscetível de aumentar a probabilidade de acidentes graves – sendo esta uma área apropriada para a sua eventual instalação – apresentará novos impactes negativos, como seja a utilização de substâncias tóxicas, o acumular de resíduos sólidos e inflamáveis, um aumento de circulação de pessoas e bens, etc., o que poderá aumentar o risco de derrames e fugas, incêndios ou acidentes, sobretudo também num contexto de alterações climáticas. Contudo, se as atividades a instalar, apresentarem algum tipo de risco, caberá às entidades competentes a salvaguarda destas situações aquando do licenciamento das mesmas, assim como efetuar uma fiscalização sucessiva na fase de exploração dessas atividades.

A plena ocupação deste espaço poderá influir negativamente na boa fluidez do tráfego rodoviários nas vias já existentes e que servirão a ZAE, resultante do aumento do tráfego de ligeiros (trabalhadores e visitantes) bem como de pesados, com cargas e descargas.

A plena ocupação da zona de acolhimento empresarial e que diz respeito a este PP que aqui se avalia, pode agravar os dados relativamente à emissão de GEE que os setores associados a este espaço geralmente apresentam, nomeadamente os setores da indústria e eletricidade, transportes e resíduos, bem como um expectável aumento dos níveis de ruído exterior, provocando situações de incomodidade, que serão atenuados com uma efetiva implementação do alinhamento arbóreo e com as medidas de controlo do ambiente sonoro previstas em regulamento do PP. Neste contexto, importa referir que de acordo com o quadro legal em vigor, as entidades empregadoras têm obrigatoriamente que proceder à avaliação da exposição ao radão dos trabalhadores, e consequentemente implementar medidas preventivas que diminua o risco de exposição dos trabalhadores a este gás radioativo natural.

FCD - QUALIDADE DO ESPAÇO URBANO

A concretização deste PP representa uma oportunidade para libertar o município de estabelecimentos com volumetrias desajustadas da escala urbana e consequentemente geradoras de impactes vários, nomeadamente paisagísticos, concentrando-os numa área programada, desenhada e infraestruturada para esse fim.

O facto de nesta fase não ser ainda conhecida a dimensão e a tipologia das atividades que se vão estabelecer nesta ZAE, pode verificar-se, por absurdo, que todas as atividades que aqui se venham a instalar se enquadrem nas exceções estabelecidas em regulamento, o que pode levar a um mau enquadramento na paisagem, situação que será atenuada por um adequado e previsto alinhamento arbóreo, partindo do princípio que esta é verdadeiramente executada. Estes espaços verdes de utilização coletiva desenvolvidos em projeto de execução na especialidade de arranjo de exteriores, bem como a futura e eventual necessidade de gestão de combustíveis, poderá minimizar os referidos impactes negativos, sobretudo ao nível da perceção visual do observador.

A concentração de atividades económicas neste espaço, permitirá uma gestão mais eficiente dos resíduos urbanos, ou industriais não equiparados a urbanos, gerados pelas atividades produtivas, quer ao nível dos circuitos de recolha quer com os custos dessa gestão. O previsível/desejável aumento dos resíduos diferenciados depositados nos ecopontos, e que serão encaminhados para valorização, irão contribuir para uma necessária diminuição da utilização de recursos naturais.

A desejável ocupação total dos lotes desta ZAE, que se pretende complementar ao espaço de atividades económicas de Formariz, poderá justificar a ocupação num dos lotes de um ecocentro, devido ao aumento da produção de resíduos diferenciados, situação que tendencialmente será agravada com a implementação das fases seguintes da UOPG5 e a ocupação total dos espaços de atividades económicas de Formariz localizado nas proximidades, contribuindo para a circularidade dos materiais e redução de consumo de novos materiais.

FCD - DESENVOLVIMENTO LOCAL

O facto de se criar esta ZAE representa uma oportunidade para continuar a dinamizar a economia local, dotando esta de uma maior competitividade. Para esse objetivo será desejável que a taxa de ocupação deste novo espaço seja no futuro próximo ou igual a 100%, resultando numa oportunidade para dar continuidade às

fases seguintes da UOPG5, por forma a conseguir dar resposta à procura crescente de espaços para localização de atividades económicas e da falta dos mesmos nas atuais áreas empresariais. A sua plena ocupação, resultaria numa oportunidade económico-social para o concelho de Paredes de Coura.

Este PP insere-se numa estratégia do município em assumir uma postura pró-ativa de estímulo ao empreendedorismo, tendo vindo a aumentar o apoio aos investidores e empresários já instalados, bem como àqueles que procuram aqui valorizar as suas unidades, assumindo-se como parceiro ativo e empenhado no processo de desenvolvimento económico do concelho, com reflexos positivos ao nível da empregabilidade no concelho e na valorização da mão de obra local.

Com esta área, que compreende 155 lotes, subdivididos por grupos identificados no seu conjunto pelo lote 9 de grandes dimensões e os restantes de média/pequena dimensão, existe uma grande expectativa em relação à ocupação dos mesmos, resultante da procura que se tem verificado junto da autarquia local, sendo aqui admitidos usos industriais, comerciais e de serviços, bem como a instalação de equipamentos de utilização coletiva, o que se constitui como uma oportunidade para diversificar o tecido empresarial do concelho, com consequências positivas, nomeadamente nos indicadores da variação do volume de negócios e do VAB das empresas locais.

O facto de este PP permitir a junção de lotes, poderá permitir a instalação de empresas de escalão de pessoal ao serviço superior à dimensão dominante no concelho, que se caracteriza pela dominância das micro e pequenas empresas, muitas delas de base familiar.

A existência desta nova área, que promove um correto ordenamento do território, devidamente infraestruturada, e com uma acessibilidade excelente à A3, resulta numa oportunidade de atração de investimento com elevado potencial de crescimento, também de base tecnológica e de I&D, ainda incipiente na sub-região, ainda que a atual dificuldade em manter no concelho a mão de obra mais qualificada, apresenta-se como um risco na efetiva instalação de novas empresas dependentes deste tipo de trabalhadores mais qualificados, afigurando-se a aposta em áreas específicas em termos da qualificação dos jovens como uma oportunidade de atração de empresas a operar em segmentos específicos, como é o caso da biotecnologia.

O interesse por parte de empresários em instalarem-se na área em análise, promete aumentar o número de empregos criados neste local, o que constitui uma oportunidade para a mão de obra local, estancando a saída de trabalhadores deste concelho para outros locais à procura de melhores condições económicas.

A formação e o emprego dos jovens contribuem para travar a tendência generalizada de declínio demográfico que padece também partes desta região do país, sobretudo entre os jovens mais qualificados, que se veem obrigados a procurar melhores condições de vida noutras paragens. Caso a tipologia das empresas a instalar se mantenha nos moldes atuais, ou seja empresas que empregam maioritariamente mão de obra caracterizada por um baixo nível de qualificação, constituirá um risco para a estrutura socioeconómica local.

A desejada qualificação da mão de obra local, tenderá a beneficiar a atração de investimentos por parte de empresas de base tecnológica (e vice-versa), o que permitirá diversificar a economia local, com consequências ao nível do tecido empresarial e na base remuneratória dos trabalhadores, levando à pretendida melhoria nas condições de vida da população concelhia.

Essa melhoria de qualidade de vida, resultante também da evolução da disponibilidade local de emprego, com reflexos ainda na diminuição da necessidade de movimentos pendulares intra e interconcelhios por motivos de trabalho, com reflexos no poder de compra por parte dos Courenses, resultará em impactos positivos na demografia concelhia, mantendo desde logo as pessoas nas suas freguesias de origem, aumentando mesmo a capacidade de atração de mão de obra de outros concelhos, ou mesmo trabalhadores imigrantes, que poderão aqui fixar-se.

A criação desta nova ZAE, poderá polarizar ainda mais o emprego nas freguesias do eixo da EN303, onde se localiza o Parque Empresarial de Formariz, a Vila de Paredes de Coura, e onde se pretende implementar este PP, levando ao risco de esvaziamento em termos populacionais das restantes freguesias e lugares rurais existentes no concelho, pelo que uma rede de transportes públicos que sirva os referidos polos de emprego e também esta ZAE, poderá justificar-se, trazendo benefícios nesta e noutras temáticas.

Quais as principais diretrizes? E quem são os principais agentes no sucesso de implementação do Plano?

Reconhecidas as oportunidades, mas sobretudo as ameaças para os FCD consequentes da implementação do PP, apresentam-se algumas medidas que permitem minimizar os efeitos da implementação do Plano (e da fase de obra) sobre os mesmos FCD, refletindo também as diversas ações previstas no Programa de Execução do Plano de Pormenor:

Medidas recomendadas, sua fase e prazo de execução

Medidas	Fase	Prazo
Promover uma correta infraestruturação dos sistemas de drenagem de águas pluviais e de linhas de água, tentando manter o seu percurso natural;	Obra	Curto
Considerar a remoção da terra dos horizontes superficiais, por motivos das obras, para locais a designar e que possa ser reutilizada nas camadas superficiais da área a manter impermeabilizada;	Obra	Curto
Na fase de obra e na fase de construção das unidades empresariais assegurar medidas minimizadoras relativamente a eventuais movimentações de terra, ruído, gestão de resíduos e água e emissões atmosféricas;	Obra e imp.	Curto e médio
Definição aquando da fase de obra de um circuito de recolha e tratamento adequado de resíduos de construção e demolição (RCD) evitando a possibilidade de se constituírem como fator de ameaça à saúde pública;	Obra	Curto
Nas fases de obra e de construção das unidades empresariais promover a lavagem dos camiões à saída das obras;	Obra e imp.	Curto e médio
Promover uma análise das espécies de flora presentes, desde o início da implementação do projeto, com o devido acompanhamento ambiental da obra, de forma a salvaguardar espécies com interesse para a conservação da natureza, nomeadamente na faixa de gestão de combustível definida;	Obra	Curto
Acompanhamento e monitorização das condições ecológicas da ribeira de Borzendes	Imp.	Médio e longo
Fazer depender o licenciamento industrial da existência de um tratamento total dos efluentes incompatíveis com as águas residuais domésticas;	Imp.	Médio
Quando não seja possível garantir o pré-tratamento e posterior encaminhamento das águas residuais incompatíveis com os tratamentos das águas urbanas municipais deve garantir-se que qualquer descarga que possa ocorrer para o solo ou meio hídrico seja devidamente licenciada;	Imp.	Médio
Promover a reutilização das águas no âmbito da atividade industrial;	Imp.	Médio
Garantir o fornecimento sustentável do abastecimento e água e sensibilizar os utilizadores para o seu uso eficiente, de maneira a evitar a instalação de captações subterrâneas numa zona com registo de alguma escassez de água;	Imp.	Médio

Acautelar consumos de água canalizada, resultantes da atividade industrial, com medidas de minimização de consumos como a utilização de redutores de caudal e de outras técnicas de redução de consumos;	Imp.	Médio
Verificação de condutas de abastecimento de água para impedir perdas na rede de abastecimento;	Imp.	Médio e longo
Promoção da utilização de materiais e técnicas de construção que reduzam os efeitos da impermeabilização dos solos;	Obra e imp.	Curto e médio
Promoção das técnicas de construção que reduzam os efeitos da exposição futura dos trabalhadores ao radão;	Obra	Curto
Minimização ao nível dos processos e ao nível dos produtos a produção de resíduos;	Imp.	Médio
Assegurar que os eventuais resíduos perigosos gerados são entregues a entidades licenciadas para o correto tratamento dos mesmos;	Obra e imp.	Curto e médio
Ponderar a criação nesta ZAE de um ecocentro que servia esta ZAE e a de Formariz, bem como a população courense;	Obra e imp.	Curto e médio
Desenvolvimento de estudos que analisem a possibilidade de criação de linhas de transportes públicos regulares com destino à(s) ZAE(s) limítrofes, considerando as economias de escala existentes;	Imp.	Médio
Promover o <i>carpooling</i> entre os operários deste espaço;	Imp.	Médio
Promover a imposição de limites de velocidades nas vias de acesso à ZAE de forma a contribuir para uma diminuição dos níveis de ruído;	Obra e imp.	Curto e médio
Fazer cumprir as demais normas ambientais, sobretudo no que diz respeito ao ruído quer em fase de obra quer em fase de funcionamento da ZAE;	Obra e imp.	Curto e médio
Condicionar o licenciamento dos futuros edifícios à apresentação do projeto de condicionamento acústico, no qual devem constar as medidas de isolamento sonoro ao nível da envolvente exterior das edificações e, no caso, das atividades destinadas ao comércio/serviços, realizar o estudo de eventuais emissões de ruído para o exterior;	Imp.	Médio
Interditar a construção de edifícios de ocupação sensível (classificação acústica) a distâncias inferiores a 150 metros do limite da área de intervenção, que constitui uma zona tampão;	Imp.	Médio e longo
Assegurar que o aumento da circulação de pesados não seja fator de degradação ambiental e de saúde humana sobretudo para a população residente junto das vias de acesso à ZAE;	Obra e imp.	Curto e médio
Promover a realização de um programa de boas práticas ambientais que inclua medidas necessárias para a sua comunicação aos trabalhadores da fase de obra e urbanização;	Obra e imp.	Curto e médio
Desenvolvimento de estudos que analisem o impacto do transporte de matéria-prima e produtos de e para a ZAE nas vias que a servem;	Imp.	Médio
Elaborar um regulamento de gestão ambiental da ZAE de Linhares que inclua questões mais sensíveis do ponto de vista ambiental, tais como, resíduos, água, ruído, transporte de pessoas e bens, onde se possa prever por exemplo, a recuperação e utilização de águas pluviais, dentro do perímetro da ZAE de Linhares, em áreas como os espaços verdes, limpeza de espaços públicos, etc.;	Imp.	Médio

Limitar o nível de potência sonora para cada unidade industrial, de acordo as Cotas de Ruído definidas no regulamento de gestão ambiental da ZAE de Linhares;	Imp.	Médio
Cumprir as obrigações e compromissos na gestão da exposição ao radão nos locais de trabalho;	Imp.	Médio
Promover a efetiva utilização de espécies autóctones (PROF-EDM na implementação do alinhamento arbóreo da ZAE, (aproveitando eventuais espécimes existentes) contribuindo, não só para um enquadramento paisagístico mais adequado, mas também como barreira acústica e de poeiras e partículas;	Obra	Curto
Aumentar as áreas verdes de proteção e os alinhamentos arbóreos, utilizando espécies autóctones (PROF-EDM);	Obra	Curto
Garantir a existência de corredores verdes funcionais;	Obra	Curto e médio
Promover a efetiva e correta implementação dos espaços verdes apresentados na proposta do Plano, garantindo um arranjo paisagístico diversificado;	Obra	Curto
Promover a deslocalização de atividades económicas desajustadas à localização atual, com destino à ZAE;	Imp.	Longo
Promover a recuperação paisagística/urbana das áreas a abandonar pela deslocalização das indústrias;	Imp.	Longo
Desenvolver medidas que conduzam à diversificação das atividades económicas, nomeadamente com a atração de atividades comerciais, serviços, etc.;	Imp.	Médio e longo
Incentivar a aposta na diferenciação do produto;	Imp.	Médio e longo
Incentivar o estabelecimento de empresas de base tecnológica;	Imp.	Médio e longo
Incentivar a cooperação entre empresas e centros de I&D;	Imp.	Médio e longo
Incentivar a elaboração de estudos de viabilidade de serviços energéticos comuns;	Imp.	Médio e longo
Atrair e apoiar projetos de investimentos na implementação integrada de soluções tecnológicas de indústria 4.0, em processos industriais, com incorporação de tecnologias digitais avançadas;	Imp.	Médio e longo
Promoção municipal de espaços comuns de conhecimento e partilha, espaços de coworking, de internalizando-se princípios de base social, gerando oportunidades de integração de indivíduos, para além da fixação das empresas;	Imp.	Médio e longo
Aplicação de medidas/desenvolvimentos tecnológicos com elevado potencial de poupança energética;	Imp.	Médio e longo
Garantir que os edifícios a construir possuam uma certificação energética igual ou superior a B;	Imp.	Médio e longo
Promover a instalação de sistemas de micro-produção de energia, nas novas unidades industriais;	Imp.	Médio e longo
Promover a produção de energia a partir de fontes renováveis;	Imp.	Médio e longo
Aplicação de sistemas de iluminação pública eficientes com recurso à utilização de lâmpadas de vapor de sódio e/ou leds, e instalação de reguladores de fluxo.	Obra e imp.	Curto e médio
Garantir que os arranjos exteriores adotem a utilização de materiais de qualidade que garantam durabilidade e qualidade;	Imp.	Médio

Deverá a autarquia ponderar sobre a eventual criação de Zona Empresarial Responsável, uma vez que pode simplificar os licenciamentos das atividades aí a instalar;	Imp.	Médio
Acompanhar os processos de AIA das indústrias a instalar;	Imp.	Médio
Implementar Sistemas de Gestão Ambiental para as indústrias aí localizadas;	Imp.	Médio e longo
Promover a monitorização dos descritores ambientais na ZAE;	Obra e imp.	Curto e médio
Desenvolvimento de estudos que analisem a necessidade de instalação de equipamentos de utilização coletiva (cantinas ou outras) para usufruto dos trabalhadores da(s) ZAE limítrofes;	Imp.	Médio
Promover junto dos empresários a adoção de boas práticas de higiene e segurança no trabalho;	Imp.	Médio e longo
Dar prioridade ao emprego de mão-de-obra local, quer em fase de obra quer em fase de funcionamento;	Obra e imp.	Curto e médio
Implementação de cursos de formação profissional preparando a mão-de-obra local para emprego nas atividades a instalar;	Imp.	Médio
Definição de uma estratégia municipal concertada de empreendedorismo.	Imp.	Médio e longo

Os principais agentes no sucesso de implementação do Plano, e que constituem o quadro de governança institucional e de participação, com entidades e acções que permitirão, de forma articulada, atingir os objectivos de sustentabilidade identificados para cada um dos FCD, facilitando a implementação das orientações estratégicas e um melhor desempenho do PP, são a Águas do Alto Minho; Valorminho; a APA; Câmara Municipal de Paredes de Coura; a CCDRN; DGEG; IEFP; a CIM-AM; mas também a população em geral.

Quais são os principais indicadores de monitorização?

Para monitorização da situação tendencial dos objetivos de sustentabilidade definidos nesta AAE do PP da Zona de Acolhimento Empresarial de Linhares foi seleccionado pelo menos um indicador para cada objectivo de sustentabilidade proposto, dando maior atenção aos efeitos significativos, positivos e negativos, previstos e imprevistos resultantes da AAE. A seleção destes indicadores teve como principal critério a sua polivalência e fácil acesso à informação (também em tempo útil), bem como a capacidade de resposta à avaliação dos objetivos propostos, tendo sido alguns deles sugeridos pelas diferentes entidades consultadas na fase anterior da AA. A periodicidade da recolha de dados para a construção dos

indicadores de seguimento deverá ser preferencialmente anual, nos casos em que isso seja possível.

- I – Capitação do consumo de água no concelho
- II - Águas residuais tratadas
- III - Água consumida na área do PP
- IV - Empresas com soluções de aproveitamento da água das chuvas;
- V - Deposição de resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) em aterro;
- VI - Empresas com mecanismos de produção de energia a partir de fontes renováveis;
- VII - Consumo de energia eléctrica por sector CAE-Rev3
- VIII - Evolução da frequência de tráfego rodoviário
- IX - Emissões de poluentes no sector industrial e de transportes
- X - Espaços verdes de utilização colectiva;
- XI - Alinhamentos arbóreos concretizados
- XII - Área permeável para promoção da infiltração das águas pluviais
- XIII - Diversidade de espécies utilizadas no arranjo urbanístico
- XIV - Taxa de ocupação da área industrial
- XV - Empresas por atividade económica CAE Rev.3
- XVI - Pessoal ao serviço nas empresas por atividade económica CAE Rev. 3
- XVII - Relocalização de estabelecimentos industriais para a ZAE;
- XVIII - Empresas em sectores de alta e media-alta tecnologia;
- XIX - Trabalhadores com declaração de remuneração à Segurança Social
- XX - Remuneração base média mensal
- XXI - Poder de Compra *per capita*

O que se concluiu sobre o desempenho ambiental e de sustentabilidade do Plano?

A criação desta Zona de Acolhimento Empresarial de Linhares procura dar resposta às sucessivas solicitações para a implementação/criação de lotes nas zonas industriais já existentes e comprometidas na sua capacidade, procurando também possibilitar a deslocalização de atividades económicas dispersas no concelho, algumas sem condições de enquadramento adequadas, assim como possibilitar uma acessibilidade mais direta às vias estruturantes de ligação ao País e a Espanha, permitindo uma concretização do pensado cluster biotecnológico que nascerá entre Porriño e Paredes de Coura.

A localização da área de intervenção encontra-se limitada, uma vez que depende da UOPG5, e de um conjunto de condicionantes naturais (relevo por exemplo), infraestruturais (gasoduto por exemplo) e patrimoniais, correspondendo a uma concretização de uma UOPG prevista no PDM em vigor.

Para essa área foi elaborada a segunda fase do PP correspondente à proposta de plano do Plano de Pormenor da Zona de Acolhimento Empresarial de Linhares - Paredes de Coura, que define a organização do espaço destinado à localização de diversas atividades económicas, tais como comércio, serviços, indústrias, armazenagem e à localização de equipamentos de utilização coletiva, definindo também com detalhe a conceção da forma de ocupação da área de intervenção, servindo de base aos projetos de execução das infraestruturas, espaços exteriores e da proposta de ocupação dos lotes.

Nesta AAE avalia-se a proposta de PP, mas a efetivação/concretização deste Plano territorial resultará num conjunto de ações com impacte, quer na fase de construção bem como na fase de pleno funcionamento desta zona de acolhimento empresarial.

Durante a fase de construção, os principais impactes nos Recursos Hídricos prendem-se com as várias ações inerentes à execução do projeto. Os acidentes indiretos de contaminação do solo provocados pelos derrames e fugas, sendo um impacte negativo para o solo e para os Recursos Hídricos, é classificado de pouco significativo, sobretudo para a fase de construção, sendo necessário implementar medidas de minimização, que evitem essas ocorrências na fase de exploração. Para além da instalação e exploração temporária do estaleiro, esperam-se impactes indiretos sobre os Recursos Hídricos a jusante, resultantes das ações inerentes à obra, uma vez que estas atividades poderão introduzir alterações indiretas nos processos hidrológicos, em especial na infiltração e escoamento. Estes impactes entendem-se como negativos, sendo ainda assim pouco significativos. A área do projeto cruza com uma linha de água incluída na REN, mantendo-se esse troço por meio de uma passagem hidráulica.

As medidas de minimização preconizadas para este descritor (com influência noutros descritores), são a adequada escolha da área de implementação do estaleiro, evitar situações de promoção da erosão do solo, provocada por

movimentações de máquinas e remoção do coberto vegetal em períodos de chuvas, promoção do acondicionamento, recolha, armazenamento, transporte e destino final adequada aos materiais e óleos usados nos veículos e máquinas. Recomenda-se ainda a ligação sempre que possível das instalações de apoio à obra aos sistemas de abastecimentos e saneamento público, devendo ainda ser cumpridas as normas de boa operação e manutenção dos equipamentos utilizados e no manuseamento dos materiais, de modo a diminuir a probabilidade de derrame de óleos ou hidrocarbonetos nos solos com consequência nas linhas de água das proximidades e que poderão ser atingidas pelas escorrências das águas da chuva.

Ainda nos Recursos Hídricos, mas para a fase de exploração, prevê-se um aumento permanente de produção de efluentes líquidos industriais com a ocupação dos lotes, mas considera-se que a ligação obrigatória das empresas a instalar, a uma rede de drenagem e tratamento desses efluentes, resultará num impacte positivo sobre os recursos hídricos e sobre a gestão da água, sendo classificado de pouco significativo.

As ações associadas à Socioeconomia, são as que originam mais impactes positivos devido à criação de postos de trabalho (diretos e indiretos) nas diferentes fases do projeto, com impactes pouco significativo, na fase de obra, mas previsivelmente (uma vez que nesta fase do PP não se conhecem quais as atividades a instalar futuramente nesta zona de acolhimento empresarial) significativos na fase de exploração, quer diretamente para a mão de obra local, quer indiretamente para o equilíbrio demográfico do concelho. Os impactes negativos neste descritor, prendem-se com a componente das Acessibilidades e Mobilidade, uma vez que poderá trazer consequências ainda assim pouco significativas para a fluidez e segurança do trânsito automóvel local, sobretudo porque se limita a períodos de maior afluência e porque não afeta a capacidade das vias, beneficiando esta localização de uma nova variante que entrou recentemente ao serviço da população. Com impactes negativos também pouco significativos refira-se a Saúde Pública, uma vez que a total modificação dos usos atuais para uma área industrial promete afetar esse descritor social, ainda que de forma indireta, pelo potencial surgimento de atividades com emissão de ruído ou de partículas para o ar, e maior exposição a gases prejudiciais à saúde dos trabalhadores.

Para potenciação dos impactes positivos, deverá ser promovida a contratação de mão de obra local (considerando-se importante o facto da EPRAMI, polo de Coura,

ter iniciado já no presente ano letivo, cursos ligados a novas áreas, de que é exemplo o curso de “Técnico de fabrico de produtos biotecnológicos”). Os impactes negativos deverão ser minimizados, sobretudo, com a implementação das medidas de minimização recomendadas para cada descritor que tenha efeito na saúde pública local, como os referentes ao ruído, à emissão de poeiras e resíduos, etc., promovendo também a correta implementação do Plano de Segurança e Saúde, o Plano Gestão de Resíduos, o Projeto de Segurança Contra Incêndios, e outros.

Relativamente à biodiversidade, a área de intervenção não apresenta, tendo em conta a bibliografia disponível, qualquer habitat prioritário, nem são conhecidas espécies de fauna protegidas, pelo que as ações inerentes à fase de obra, como a alteração da morfologia e a limpeza de terrenos e outras, apesar de constituírem um impacto negativo, por alterar os usos do solo, poderão não ser significativos, tendo em conta este contexto. Ainda assim deve ser acautelada a sua existência, pelo que se recomenda o acompanhamento ambiental da obra desde o início da fase de execução do projeto, minimizando assim eventuais impactes negativos sobre este descritor.

Na fase de obra, os impactes sobre a Paisagem são sobretudo negativos, apesar de pouco significativos, na medida em que as ações de correção permanente da morfologia atual, resultante sobretudo da implantação da via dita principal e da implantação dos lotes, são atenuados pelo equilíbrio no volume do movimento de terras, e sem alteração no sentido da drenagem das águas pluviais. Outras ações como a limpeza do terreno, a pavimentação de vias e de passeios, a criação de estacionamento ordenado e sombreado, a regularização de taludes implantação de espaços verdes, são ações de requalificação do espaço e por isso tem um impacto direto permanentes e positivo, com impacto pouco significativo, se adotadas as medidas de minimização que se prendem sobretudo com a adoção de medidas de integração paisagística do projeto no global e nas estruturas que irão albergar as atividades industriais, sendo que as espécies vegetais a introduzir deverão ser espécies autóctones, bem formadas e perfeitamente adaptadas ao meio. A proposta inclui plantações arbustivas principalmente nos topos, bases e banquetas dos taludes e ainda recorrendo à plantação de árvores nos topos dos taludes resultantes de escavação e nas bases dos que se formaram por aterro.

Em termos de Ordenamento do Território, o facto de esta área estar classificada no PDM de Paredes de Coura, na categoria de Solo Urbano, subcategoria de Solo

Urbanizado, identificada como Espaços de Atividades Económicas, com uma ocupação do solo destinada a indústrias, armazenagem e serviços, disponibiliza aquele território para esses usos, constituindo um impacto positivo uma vez que concretiza a estratégia definida naquele plano territorial, e se adequa às diretrizes nacionais e regionais de ordenamento do território, salvaguardando as condicionantes legais existentes na área afeta ao projeto, ao propor um conjunto de medidas de minimização, como exclusões (REN), distâncias regulamentares e restrições como sejam as aplicadas ao corredor do gasoduto que atravessa longitudinalmente esta área, sendo por isso um impacto pouco significativo. A obrigação decorrente de um imperativo legal, da gestão do combustível vegetal numa área envolvente dos lotes, implica um impacto negativo no coberto vegetal dessa área, refletindo-se no escoamento hídrico, na erosão do solo e outros, e ainda ao nível de património arqueológico potencialmente existente nas imediações, pelo que poderá resultar num impacto significativo se não for aplicada medidas de minimização adequadas.

Os impactos Acústicos provocados por um empreendimento deste género são normalmente negativos e, em geral, podem ser minimizados através de soluções adequadas, pelo que em termos globais podem ser considerados pouco significativos. As ações da fase de funcionamento que impliquem atividades ruidosas, determinam a ocorrência de impactos acústicos negativos, mas tendo em conta o afastamento dos recetores sensíveis, considera-se que estes impactos serão pouco significativos. Uma das formas mais eficazes de minimizar a incomodidade por ruído na fase de obra, será garantir o cumprimento da legislação aplicável a atividades ruidosas temporárias, instalando barreiras acústicas que impeçam a propagação do ruído e verificar se os equipamentos em laboração cumprem os valores admissíveis pela legislação específica.

Durante a fase de obra a Qualidade do Ar será afetada diretamente pela emissão de poluentes atmosféricos associados à circulação de veículos, à operação de maquinaria pesada, ocorrendo também a emissão de poeiras de pequena dimensão, pelo que este impacto temporário é considerado como negativo mas pouco significativo, sobretudo para os trabalhadores. A criação de espaços verdes terá um impacto positivo, podendo ser classificado como pouco significativo, já que permitirá impedir a difusão de poeiras pela área de intervenção e pelas redondezas, situação dependente do tipo de atividade a instalar futuramente. De forma a minimizar os impactos decorrentes da fase de obra, deve-se implementar um

conjunto de medidas que visem diminuir a emissão difusa de partículas pelo ar, como sejam a cobertura das cargas dos camiões de transporte de resíduos, evitar movimentações sobre (e de) terras em períodos de maior secura, regando-a caso seja inevitável essa circulação, lavando também os rodados dos camiões à saída da obra, evitando a dispersão de lamas e poeiras nas vias circundantes. Deverá ser ainda promovida a implementação o mais rápido possível, dos espaços verdes e recorrer a maquinaria que minimize a produção de poeiras, seguindo as boas práticas afetas a esta matéria.

Durante a fase de construção, os Resíduos gerados temporariamente são os normais de uma obra, desde terra, e outros resultantes da limpeza dos terrenos, mas também resíduos de embalagens, restos de materiais de construção e resíduos equiparáveis a resíduos urbanos, o que pressupõe um impacto negativo. A correta implementação de um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, permite minimizar o impacto, sendo então classificado de pouco significativo.

Com a implementação do projeto existirá naturalmente um aumento a produção de resíduos sólidos e efluentes líquidos que provocam um impacto negativo, pouco significativo, se os resíduos forem devidamente encaminhados.

No que diz respeito à Gestão da Água, os impactos na fase de obra serão essencialmente negativos, mas pouco significativos, uma vez que não se prevê um aumento dos consumos de água nem um aumento dos efluentes gerados, justificado pelo previsível número reduzido de trabalhadores que a obra pressupõe. Com o pleno funcionamento do espaço, prevê-se um já referido aumento dos efluentes líquidos pelo que constitui um impacto negativo mas pouco significativo, já que estará ligado à rede de saneamento.

Para minimizar esses efeitos, deve-se garantir o bom uso da água de abastecimento por parte de todos os intervenientes e assegurar a redução dos consumos ao mínimo necessário. Deverão ainda ser cumpridas as normas de operação e manutenção dos equipamentos utilizados e no manuseamento dos materiais, de modo a diminuir a probabilidade de derrame de óleos ou hidrocarbonetos nos solos e nas redes de saneamento. Em ambas as fases, aponta-se como medida de minimização, a reparação imediata de eventuais ruturas na

rede de saneamento e de abastecimento de águas, de modo a evitar consumos excessivos de água e contaminação dos recursos hídricos bem como do solo.

Em jeito de conclusão, este PP apresenta um conjunto de consequências na área de intervenção que globalmente são positivas, uma vez que vai permitir dar resposta à procura deste tipo de espaços por diferentes promotores, diversificando as atividades económicas existentes no concelho, e vai implementar uma proteção paisagística e ambiental na envolvente da ZAE, aumentando também a oferta de emprego e a consequente melhoria da qualidade de vida da população local, contribuindo para o estancar da saída de população deste concelho. Conclui-se assim que as dimensões sociais e económicas são as que mais oportunidades apresentam para a área de intervenção e sua envolvente.

A criação desta ZAE, trará também impactes negativos, à medida que for atraindo novas atividades económicas para a área de intervenção. Nesta fase ainda não são conhecidas o tipo de atividades económicas que se irão instalar, e que poderão resultar, ou não, num aumento dos índices de poluição em diversos descritores ambientais sobretudo ao nível do ruído, qualidade do ar, da água (efluentes), resíduos etc, mas também ao nível do aumento de situações de acidentes industriais. Uma Zona de Acolhimento Empresarial com uma taxa de ocupação ideal, como se espera, fará aumentar também os fluxos de veículos ligeiros e pesados nas vias de acesso à referida ZAE, com consequências negativas nos níveis de ruído das populações residentes nas proximidades das vias de acesso, pelo que as medidas de acompanhamento e mitigação são importantes na atenuação dos diversos impactes esperados.

Assim, as propostas apresentadas no Plano que aqui se avalia, não apresentam consequências negativas intransponíveis para o ambiente. Ainda assim importa monitorizar a implementação/execução do PP quer na fase de obra quer na fase de urbanização ou de gestão.